

LEITURA EM FOCO

*Fernando Moreno da SILVA**

Nada mais comum do que a experiência da leitura e nada mais ignorado. Ler: isso é tão óbvio que parece, à primeira vista, que nada se tem a dizer sobre isso.
(Tzvetan Todorov)

1. Enunciação e leitura

A leitura é fruto do processo da enunciação, atividade compreensível em duas vertentes: comunicação e produção. Na primeira, a enunciação é entendida por meio da relação do fazer-persuasivo de um produtor que visa agir sobre um receptor, encarregado, por seu turno, do fazer-interpretativo. Como se observa, é típico dos estudos da Retórica. Já no que diz respeito à produção, enunciação é um ato de pôr em funcionamento a língua, produzindo um enunciado¹. É impossível estudá-la diretamente, porquanto é

* Mestrando da Universidade Estadual Paulista (UNESP/CAr). Integrante do Grupo de Estudos sobre Leitura de Araraquara-SP (GELE).

¹Bakhtin (1992) contrapõe *enunciado* (unidade ou forma de discurso) à *oração* ou *frase* (unidade da gramática). Segundo ele, discurso é um acontecimento, um evento. Não é a *parole*, pois esta é individual, ao passo que o discurso é social e pertencente ao grupo. Constituindo a realização da língua, ele implica a atualização da fala. Na Análise de Discurso de linha francesa, o discurso é entendido como a manifestação de valores, dentro de formações discursivas. É bom lembrar que Mattoso Câmara traduz *parole* por discurso, distinguindo nele duas modalidades, de

uma instância lingüística pressuposta pelo enunciado. Mas como seu produto, o enunciado pode conter traços que reconstituem o ato enunciativo. Esse mecanismo, que consiste em projetar no discurso as marcas de pessoa, tempo e espaço, é conhecido como *debreagem*, subdivida em dois tipos. A primeira é a *debreagem enunciativa*, que instala no enunciado as pessoas da enunciação (eu/tu), o espaço da enunciação (aqui) e o tempo da enunciação (agora), produzindo o efeito de sentido da subjetividade. A segunda classificação é a *debreagem enunciva*, responsável pela instalação das pessoas do enunciado (ele), do espaço do enunciado (lá ou alhures) e do tempo do enunciado (então), criando o efeito de sentido da objetividade.

É preciso que se distingam as nuances do processo enunciativo. Todo e qualquer enunciado tem como pressuposto o fato de ter sido proferido por alguém num tempo e num espaço. É a idéia da enunciação pressuposta. Quando, nesse enunciado, está presente um “eu”, terá lugar a enunciação-enunciada, correspondendo a uma metáfora da enunciação pressuposta (*simulacro similar*). Se, um “ele”, ter-se-á o enunciado-enunciado ou o enunciado propriamente dito, configurando uma metonímia da enunciação pressuposta (de parte em relação ao todo). Mas as categorias de pessoa devem ser mais bem esclarecidas.

O “eu” abarca duas instâncias: enunciador e narrador. No primeiro nível da enunciação, está o enunciador: é o “eu” pressuposto, equivalente ao autor implícito. É bom lembrar que autor implícito não é o mesmo que autor real. Ambos, por vezes, coincidem-se, mas não obrigatoriamente. A figura de carne e osso, pertencente ao mundo extralingüístico, pode fingir, criando, no discurso, a imagem de uma pessoa totalmente diferente de sua autêntica

acordo com seu modo de manifestação: “fala” como discurso oral; “escrita” como discurso escrito.

personalidade. Ele não pertence, portanto, ao texto. O enunciador, ao contrário, é uma imagem construída ao longo do texto, uma idealização do ser que produziu o discurso corrente. Traçando um paralelo com a Retórica clássica, cujo princípio preconiza, num ato de comunicação, o envolvimento de três componentes: orador, auditório e discurso. O enunciador seria, aproximando-o das tradições aristotélicas, o *ethos* do orador, a voz que ecoa numa construção discursiva.

Enquanto o enunciador é a instância pressuposta que produz o enunciado, o narrador, apresentando-se num segundo nível, é o “eu” projetado no interior do texto, fruto da criação do autor implícito. É uma delegação de voz levada a efeito pelo enunciador. Para melhor o entender calha o princípio do foco narrativo. Dentre as diversas classificações, as mais genéricas são:

- a) narrador onisciente: enredo narrado em terceira pessoa, o narrador tudo sabe, comenta e avalia;
- b) narrador-observador: narrado em primeira pessoa, não participa diretamente dos acontecimentos;
- c) narrador-personagem: narra o enredo participando dos acontecimentos.

A fim de aclarar a distinção entre enunciador e narrador, recorre-se ao poema *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias:

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
as selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

Nesse trecho, vê-se claramente um “eu” que perpassa o poema. Na superfície textual, o “eu” é figurativizado pelo índio tupi, que é o narrador. Já o enunciador constrói-se como uma instância subjacente à manifestação; uma voz preocupada e crítica que procura exaltar a figura do índio, convocando e sensibilizando os sentimentos de um povo para com sua natureza.

Um último e terceiro nível surge quando o narrador delega voz aos actantes do enunciado. Neste ensejo, aquele que fala se transforma no interlocutor. Na terminologia dos estudos literários, é a fala dos personagens. O sinal marcante para essa distinção é o uso do discurso direto. O espaço dado aos personagens é introduzido pelo mecanismo da debreagem interna ou de segundo grau, prestando-se a criar o efeito de sentido de realidade, pois parece que a própria personagem toma a palavra:

O discurso direto, em geral, cria um efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor. Tanto esse fato é verdadeiro que, quando se narra em discurso direto, o que se pergunta ao narrador é se o interlocutor disse com aquelas palavras mesmo.
(FIORIN, 1994, p. 79)

Conhece-se, então, uma quarta modalidade da enunciação. Dando a palavra a outrem, o narrador institui a enunciação reportada, que é um simulacro de enunciação. O interlocutor também pode ser o próprio narrador, na ocasião em que ele faz uso do travessão para expressar um eventual sentimento, caso típico quando se recorre a uma interjeição.

2. As faces do leitor

Até aqui, discorreu-se apenas sobre um “lado da moeda”. Sabe-se que, em todo processo de comunicação, a

um “eu” corresponde sempre um “tu”. Por isso, diante do enunciador está o enunciatário; do narrador, o narratário; do interlocutor, o interlocutário.

Na produção enunciativa, o enunciador invariavelmente considera a quem se destina seu discurso. Como numa comunicação epistolar, na qual se escreve sempre pensando naquele que irá ler a carta. Caso contrário, o discurso não alcança eficácia. Se, num desfile de modas, apresentam-se modelos de roupas incrementados com peles de animais diante de uma platéia de ecologistas ou ambientalistas, certamente haverá protestos. Por ser levado em conta na construção do enunciado, afinal ele é a razão de existir do discurso, havendo diálogo entre emissor e receptor, o enunciatário faz parte do processo produtivo, constituindo-se um co-enunciador. Daí ser válida a asserção de que o sujeito da enunciação é composto por enunciador e enunciatário, já que este último influi visceralmente na forma e no conteúdo.

O enunciatário seria, nesse propósito, um destinatário implícito da mensagem, o leitor ideal. Muitos autores o têm denominado de formas variadas, mas todas conservando o mesmo significado: W. Iser emprega “leitor implícito”; J. Lintvelt, “leitor abstrato”; Umberto Eco, “leitor modelo”. E mais uma vez é necessária a ressalva de que não se deve confundir o leitor virtual com o leitor empírico de carne e osso. Entre um ensaio filosófico e a narrativa do *Chapeuzinho Vermelho* é fácil construir a imagem dos seus respectivos leitores: para o primeiro, estariam os leitores críticos, ao passo que, ao segundo, o público infantil. Esta é, *grosso modo*, uma projeção dos leitores virtuais, mas nada impede que, na prática, um pesquisador vá ler um enredo infantil a fim de pesquisa ou vice-versa. Mas, no presente trabalho, a preocupação é com o leitor ideal, aquele que é pressuposto pela obra. Pelos leitores reais se interessam, na maioria das vezes, os

sociólogos ou publicitários. Ainda que se insista nesta diferenciação, não há dúvidas de que o espaço do enunciatário será fatalmente preenchido por um leitor de carne e osso.

Como destinatário do narrador está o narratário. Esse “tu” definido pelo texto apresenta-se de duas formas:

a) narratário-personagem ou intradieético (dentro da diegese, ou seja, o mundo da história): quando participa diretamente da narrativa. Como exemplo, um trecho do poema *Inexorável*, de Cruz e Souza. Nele, o narratário está no papel da amada falecida:

Ó meu Amor, que já morreste,
Ó meu Amor, que morta estás!
Lá nessa cova a que desceste
Ó meu Amor, que já morreste,
Ah! Nunca mais florescerás?

b) narratário interpelado: um anônimo a quem o narrador se dirige, não sendo personagem da narrativa:

Esta idéia para um conto de terror é tão terrível que, logo depois de tê-la, me arrependi. Mas já estava tida, não adiantava mais. Você, leitor, no entanto, tem uma escolha. Pode parar aqui, e se poupar, ou ler até o fim e provavelmente nunca mais dormir.

[...]

Você, leitor, já deve estar sentindo o que vai acontecer.

Pare de ler, leitor. Eu não posso parar de escrever. [...]

(VERÍSSIMO, 2001, p. 33)

E, ao interlocutor, corresponde o interlocutário, igualmente um destinatário instalado, pelo narrador, dentro do discurso direto. Num diálogo, por exemplo, com travessão dentro de uma narrativa, interlocutor e interlocutário se invertem a cada momento em que um deles

toma a palavra. Aquele que fala é o interlocutor, e aquele que ouve, o interlocutário; e vice-versa.

3. O processo de leitura

Como se pode perceber, o leitor deixa de ser considerado uma entidade passiva, uma vez que participa indiretamente do complexo de produção discursiva. O processo da leitura, destarte, compreende dois estágios ou, em outros termos, duas atividades no interior do ato: compreensão e interpretação. Inicialmente, o leitor atua na decodificação da superfície discursiva, englobando as organizações mórnicas, sintáticas e semânticas. Exige-se na compreensão o reconhecimento intradiscursivo das regras de uso da língua natural. Num momento subsequente, aprofundando a leitura, está a interpretação, que demanda um trabalho maior por parte do leitor, pois será necessário debruçar-se sobre as motivações ideológicas e inconscientes do texto, numa relação intertextual. Lopes (1978, p. 53) assim a concebe: “Ao trajeto que, partindo de um plano de expressão plurissignificacional, conotado, tem por ponto de chegada um único efeito-de-sentido denotado, chamamos interpretação”.

Todo enunciado produzido está imerso numa formação ideológica e numa formação discursiva, além de ser uma soma de outros discursos. Há uma complexidade em torno da idéia de sujeito. O “eu” é formado por uma ideologia, que, por seu turno, é formado por um feixe de fios ideológicos. Duas pessoas possuem valores em comum, mas também valores opostos. Por conseguinte, a competência² de

² Há, guardadas as devidas proporções, cinco competências: 1) Competência lingüística: conhecer a estrutura do idioma (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e seu léxico; 2) Competência discursiva: reconhecer estruturas narrativas (transformação de estados), discursivas (tematização e

leitura está intimamente relacionada ao conhecimento enciclopédico do leitor; ele absorve um texto de acordo com sua vivência, aí incluído “n” fatores: lingüísticos, culturais, religiosos, etc. É o que observa Cortina (1994, p. 51):

...se existir alguma falha na observação dos elementos que constituem a superfície discursiva de um texto, que corresponde à relação intradiscursiva (compreensão), ou na captação dos registros do conhecimento, isto é, de outros textos ou outras culturas, que corresponde à relação intertextual (interpretação), o ato de leitura será prejudicado, ou, no mínimo, alterado.

Indubitavelmente, há outras influências sobre o processo interpretativo, como o contexto. Significados distintos pode haver conforme o ambiente considerado. Duas concepções³ se referem a ele.

figurativização) e mecanismos que sustentam um discurso, como argumentação, figuras de pensamentos, etc.; 3) Competência textual: saber o suporte no qual o discurso será veiculado: criação em meios audiovisuais, arte pictórica, linguagem filmica ou textualização em língua natural (caráter linear dos significantes); 4) competência intertextual: identificar a heterogeneidade discursiva; 5) Competência comunicativa: saber escolher a variedade lingüística a ser usada conforme o interlocutor, o espaço e o momento. A gramática gerativo-transformacional lança mão do conceito de *competence*, definida como um saber lingüístico implícito dos falantes, permitindo-lhe compreender e produzir uma infinidade de frases.

³ Adota-se, neste trabalho, uma classificação reduzida. Coseriu (1962) arrola três tipos de contexto: 1) idiomático (a linguagem figurada, típica das expressões idiomáticas); 2) verbal: linha sintagmática do texto; 3) extraverbal: são as circunstâncias não lingüísticas. Subdividiu-se este último em: extraverbal físico, empírico, prático, histórico e cultural.

O contexto interno ou lingüístico, no sentido estrito do termo, é o encadeamento de significantes num eixo sintagmático. Ele é importante para o valor semântico da palavra. O vocábulo “tênis”, em estado de dicionário, é polissêmico, possibilitando vários usos. Neste estado, Bakhtin (1979) afirma ser a palavra neutra, porque cria condições de receber novos valores dependendo do contexto. Quando atualizada pelo discurso, as acepções da partícula são especificadas:

- a) como sinônimo de calçado: “Ele comprou um lindo tênis para caminhar”
- b) como modalidade esportiva: “O campeonato de tênis deste ano vai reunir os melhores tenistas do mundo”.

No contexto exterior ou extralingüístico, está a situação espaço-temporal. A Sociolingüística a denomina “situação imediata”, conforme descreve as variações estilísticas ou registros, que são as variações da fala de um mesmo indivíduo em diferentes ambientes. A fala *sui generis* de um advogado num tribunal ou num congresso seria ridícula se, porventura, fosse empregada num bate-papo descontraído no bar: “Excelentíssimo senhor garçom, poderia, por obséquio, trazer-me, inicialmente, uma exígua porção de aguardente para que eu possa depois degustar uma bebida fermentada à base de cevada?” Portanto, o estilo de fala se molda à situação na qual se encontra o falante.

Um outro caso ocorre quando a produção e a recepção do enunciado não são contemporâneas. Nesta especificidade, a descontextualização é a causa da pluralidade de leituras.

Na comunicação oral, em virtude da recorrência a remissões da situação imediata e do comportamento não-

verbal, há economia de procedimentos lingüísticos. Por estar frente a frente os interlocutores, o sentido é unívoco. Na comunicação escrita, entretanto, quando autor e leitor estão em épocas peculiares, distantes no tempo e no espaço, a única fonte de leitura é o próprio texto. Aí surgem os problemas, conforme observa Amaral (2002, p. 74):

Percebemos, então, que a questão da leitura é também uma questão do leitor, já que o sentido pode estar tanto no interior, quanto no exterior do texto e é no movimento da história que vamos fazer esta ou aquela leitura.

A obra de Nicolau Maquiavel, *O príncipe*, cuja primeira edição data de 1532, recebeu, por exemplo, várias leituras, muitas vezes conflitantes. Basicamente, nela se ensina como um príncipe deve proceder para conquistar e assegurar o poder. Seria, por alto, um manual de técnicas instrumentais da autocracia. Ainda no século XVI, a Igreja Católica, com o movimento da Contra-Reforma, não vê com bons olhos a obra, proscrevendo-a ao incluí-la no Índice de Livros Proibidos. O argumento era de que havia no livro princípios contrários aos ensinamentos de Cristo. No século XVII, com a ascensão das monarquias absolutistas nos novos Estados europeus, o livro ganha o sentido talvez maquinado pelo próprio Maquiavel: servir de instruções aos métodos despóticos. Em pleno Iluminismo, Jean-Jacques Rousseau, n’*O Contrato Social*, interpretará o livro maquiavélico como positivo, contrapondo-se às abordagens até então levantadas. Para o escritor francês, a obra desmascara o abuso de poder dos príncipes, afirmando ser o interlocutor do livro não o príncipe italiano Lorenzo II, mas o povo.

Na tentativa de compreender o processo de leitura, Eco (2001) estabelece uma tríade: intenção do autor (*intentio auctoris*), intenção do leitor (*intentio lectoris*) e intenção do texto (*intentio operis*). Certamente, ao tocar em algum destes

pontos sobrevêm polêmicas. Em toda a história da análise de textos sempre vigorou a idéia de que o analista deveria intentar descobrir exatamente qual seria o desígnio do autor real. Nessa busca pela intenção do sujeito-produtor do discurso, ler era uma investigação empírica, afinal o leitor submetia-se à autoridade autoral. Além do texto, a preocupação era desvendar a vida pessoal do autor, com suas tendências e predileções. Essa obsessão beirava, às vezes, o misticismo. A exegese de escritos psicografados era autorizada tão-só a um médium, cuja revelação, conforme as crenças, fora uma dádiva.

Esta tendência de pautar-se pela autoridade suprema do autor foi preponderante até o século XIX, pois, a partir de 1916, com as compilações de Charles Bally, Albert Sechehaye e colaboração de Albert Riedlinger, todos discípulos de Ferdinand de Saussure, foi inaugurada a Lingüística moderna com o livro *Curso de Lingüística Geral*. Até então, a relação entre língua e mundo era assaz forte. Predominava a controvérsia de duas vertentes gregas. Os analogistas, com o aval de Aristóteles, defendiam que a inter-relação mundo/língua era natural, ou seja, a língua denominava o mundo, refletia-o, sendo, pois, um sistema regular governado por leis. Afirmando a semelhança, para eles apenas uma língua-mãe existia, que, com o tempo, foi adaptada e ramificada a outros idiomas. Em contraposição, estavam os anomalistas, preconizando a convenção à frente da vinculação mundo/língua, pois o sistema lingüístico é uma coleção de exceções, dominado, em toda a extensão da palavra, pela irregularidade. Estas eram as idéias clássicas de língua. Com o advento do estruturalismo, houve um corte ou uma ruptura na concepção do vínculo língua/mundo. O lingüista suíço Saussure demonstra que a língua pode definir-se *per se*, como um sistema autônomo, uma vez que ela é uma abstração. Assim, a visão imanentista, justamente centrada na intenção do texto, ganha magnitude, assistindo a

seu zênite nos decênios de sessenta e setenta do século pretérito, sobretudo com as pesquisas universitárias. Importa, também, neste julgamento, “como” a significação é construída; não simplesmente “o que”, da forma como se dá numa descrição parafrástica.

Uma terceira visão sobre leitura, a vertente mais moderna, recai sobre a intenção do leitor. A partir desta nova abordagem, o leitor exime-se da imagem de atuação passiva. Como se viu anteriormente, avulta seu papel ativo como parte da escalada produtiva. Do ponto de vista da produção, seria inconcebível, caso se queira elaborar um texto eficiente, não levar em conta a quem se o destina. Do outro lado, ou seja, na perspectiva da recepção, o leitor ganha autonomia em sua interpretação. Não se diz que há a leitura certa ou errada, mas o ponto de vista de quem o lê, porque, num texto, coexistem várias leituras. Mas isso não quer dizer que qualquer uma é verdadeira. O significado deve estar ancorado no texto, caso contrário, chegar-se-ia ao extremo de afirmar que o discurso não tem importância, já que qualquer interpretação é válida. “Ler não é se deixar levar pelos caprichos de seu próprio desejo/delírio interpretativo, pois se se pode ler qualquer coisa atrás de qualquer texto... então todos os textos se tornam sinônimos”. (KERBRAT-ORECCHIONI, *apud* JOUVE, 2002, p. 25).

Um dos recursos que sustenta o texto em determinada leitura é a isotopia. O texto não é somente um aglomerado de frases, mas uma unidade composta por uma macroestrutura, ou seja, um conteúdo semântico global. Para a consecução deste todo, há vários fatores que garantem a coerência. No nível das estruturas textuais, temos a coesão, que estabelece a relação interfrástica. Na estrutura narrativa, a narratividade tem o papel de costurar o discurso com seu fio narrativo. No nível da estrutura discursiva, estão, de um lado, a argumentação “amarrando” o texto e, de outro, a

coerência semântica alcançada por obra e graça das isotopias.

Para haver isotopia é preciso pelo menos duas unidades, pois o conceito tange à recorrência ou redundância de traços semânticos ao longo do discurso. Sua função é impreterível para proporcionar ao texto a coerência. Como se sabe, um texto pode desencadear “n” leituras. Contudo a leitura total também é ilusória, sendo necessário delimitá-la. É justamente a isotopia, segundo Greimas (1975b, p. 22), “que permite superar os obstáculos opostos à leitura pelo caráter polissêmico do texto manifestado”.

Ela irá realizar-se em dois níveis de construção. No primeiro nível de leitura, temos a presença de figuras, que são palavras concretas que nos remetem a imagens do mundo real ou a mundo criado. É no nível figurativo, referindo-se a espaço, tempo e personagens, que se cria o efeito de sentido de realidade: *noite, favela, revólver, tiros, pessoas assustadas, sirenes...* Com tais palavras, presume-se que talvez tenha ocorrido um *crime*. Partindo para esta primeira operação de abstração, ou seja, formulando valores, entramos no segundo nível de leitura, chamado temático. O tema ou nível temático (*crime*) é uma abstração, podendo ser recoberto por figuras (*noite, favela, revólver, etc.*).

É exatamente a reiteração dos temas e figuras ao longo do texto, construída pela recorrência de traços semânticos, que garantirá a coerência. Quando as mesmas figuras permitem associar temas diferentes, possibilitando leituras distintas, surgem os “conectores de isotopia”. Exemplo: Em um diálogo, se alguém diz “Ricardo Briguento”, o termo “briguento” pode receber duas interpretações: ser um sobrenome qualquer ou um adjetivo depreciativo.

4. Conclusão

Por destinatário da mensagem, portanto, compreende-se uma instância complexa. Pode-se defini-lo em três momentos distintos. No primeiro, como se viu, no papel de enunciatário ele rege o rumo da constituição discursiva. Posteriormente, é responsável pela atualização do conteúdo textual, dentro dos processos de compreensão e interpretação.

Num derradeiro estágio, surge a figura do leitor empírico, num processo prático. O ato de ler é, na verdade, uma dobradinha: leitor e produtor de texto. O ato de leitura, além de instituir a figura do leitor, é uma prévia, uma antecipação daquele que virá a ser o autor empírico de fato. Isso porque, retomando as teses bakhtinianas do princípio dialógico, o autor nada mais é do que um leitor que se apodera de inúmeros textos a fim de compor, *a posteriori*, um novo texto. É o princípio do dialogismo regendo a linguagem.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos*. 2. ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

CORTINA, Arnaldo. *Leitura como processo de compreensão e de interpretação: ‘O príncipe’ e seus leitores*. São Paulo, 1994 (Tese de doutorado).

_____. *A paixão do ciúme: análise semiótica do discurso*. Alfa, São Paulo, n. 48 (2), p.79-94, 2004a.

_____. MARCHEZAN, Renata Coelho. “Teoria semiótica: a questão do sentido”. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004b. p. 393-438.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. Tese de livre-docência da Universidade de São Paulo (Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas). São Paulo, 1994.

_____. SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Elementos de análise do discurso*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. “O ‘pathos’ do enunciário”. *Alfa*, São Paulo, n. 48 (2), p. 69-78, 2004.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido*. Ensaio semiótico. Trad. Ana C. Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975a.

_____. *Semântica estrutural*. Pesquisa de Método. Tradução de Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.

_____.COURTÉS. Joseph. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix. [s.d.]

LOPES, Edward. *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix, 1978.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de & LANDOWSKI, Eric. (Org.) *Do inteligível ao sensível*. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: EDUC, 1995.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.